

Caminho tortuoso

A Justiça Eleitoral pode terminar este processo com dificuldade de explicar sua existência. Nunca se viu tanta prova de corrupção numa campanha e mesmo assim, ontem, houve um ensaio de resultado final favorável ao presidente Michel Temer e à ex-presidente Dilma Rousseff. A leitura do voto foi atarada por uma enervante manhã em que foi exibido um festival de sofismas e contorcionismos mentais.

O debate foi sobre se era ou não possível usar os depoimentos da Odebrecht. A maioria achou que não. A ação manda investigar a propina na Petrobras, mas não poderão ser usadas informações da empreiteira que é a maior corruptora. A ação é de investigação, mas descobertas feitas durante o processo foram consideradas pela maioria como extrapolação do pedido inicial da ação.

O ministro Herman Benjamin, mesmo com essa estranha limitação, exibiu uma lista enorme de depoimentos — Nestor Cerveró, Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa, Júlio Camargo, Fernando Soares, entre outros — indicando que propina cobrada em contratos com a Petrobras foi para o PT-PMDB para ser usada na campanha de 2014.

Os ministros Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira Neto disseram que não se pode investigar Caixa 2, mas apenas Caixa 1. Mesmo se fosse o caso, não faria diferença. Herman Benjamin mostrou depoimentos e documentos provando que propina virava doação pelo Caixa 1.

O ministro Napoleão Nunes Maia defendeu o estranho raciocínio de que os depoimentos de pessoas que fizeram delação premiada não deveriam valer porque eles seriam suspeitos. Como não podem alterar o que falaram na delação, seus depoimentos na Justiça Eleitoral seriam inválidos.

— Foram ouvidos (no processo no TSE) os marqueteiros altamente premiados. Nenhum deles está preso — protestou o ministro Napoleão.

Ora, se o ministro acha que eles deveriam estar presos é porque cometeram crime. Mas qual o crime? Não se pode saber porque, por esse raciocínio de Napoleão, eles já haviam feito delação premiada. Se o que está sendo investigado é corrupção na campanha, como não ouvir os marqueteiros? Eles foram ouvidos com autorização do TSE. Se os depoimentos forem também extirpados, como chegou a se insinuar, será uma decisão “memorável”, como disse o ministro Benjamin.

Os pontos-chave

Nunca se viu tanta prova de corrupção em uma campanha como a de Dilma/Temer em 2014

Se absolver a chapa, TSE terá muita dificuldade para justificar a sua própria existência

O que mais se viu foi um festival de sofismas e contorcionismos mentais para rebater o relator

Nesse show de nonsense, as intervenções claras e objetivas do ministro Luiz Fux eram uma espécie de ilha de sensatez. O ministro Benjamin passou a manhã tentando se proteger dos ataques ao seu voto, que ele sequer havia lido. Foi tão cerrado o bombardeio que a ministra Rosa Weber usou o poeta Torquato Neto para “louvar o que merece ser louvado”: o trabalho do ministro Herman Benjamin.

Quando conseguia tomar a palavra, o relator se defendia escorado no voto do ministro Gilmar Mendes. Com esse voto, de 2015, o ministro Gilmar Mendes evitou que fosse rejeitada a ação contra a chapa Dilma/Temer. Nele, o presidente do TSE disse que a ação buscava “verificar se, de fato, recursos provenientes de corrupção na Petrobras foram ou não repassados para a campanha presidencial, mormente quando se verifica que diversos depoimentos colhidos na serra criminal revelam que parte do dinheiro era utilizada em campanha eleitoral (Paulo Roberto Costa, Ricardo Pessoa e Alberto Youssef, entre outros). Sem falar as empresas envolvidas na operação Lava-Jato que doaram importantes valores para os partidos envolvidos no suposto esquema (PT, PMDB e PP).”

O ministro Gilmar Mendes veio à tarde disposto a reforçar a separação entre Petrobras e Odebrecht e leu trecho do depoimento de Marcelo Odebrecht afirmando que ele não tratava diretamente de propinas na Petrobras, mas apenas das campanhas presidenciais.

— O mandato não pode ser posto em risco sem uma justificativa plausível — concluiu Gilmar Mendes.

Será difícil encontrar um outro momento em que tanta prova de corrupção tenha sido apresentada e

maior do que a obtida em 2016, que havia sido de 184,7 milhões. A estimativa é do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, feita em maio deste ano pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O Levantamento é uma pesquisa do IBGE que mensalmente projeta o desempenho das principais lavouras brasileiras no final do ano. Esta quinta estimativa do ano projeta um crescimento 2,4% superior ao estimado na quarta pesquisa, de abril.

Segundo o IBGE, as três principais lavouras de grãos do país deverão ter crescimento neste ano: soja (17,2%), arroz (14,7%) e milho (52,3%). Dezesesseis dos 26 produtos pesquisados pelo IBGE deverão seguir na mesma tendência. Além dos três produtos, deverão ter aumento de produção feijão 1ª safra (40,6%), feijão 2ª safra (33,9%), café canephora (26,7%), cacau (10%), algodão herbáceo (7,3%), amendoim 2ª safra (38,1%), cevada (16,1%), cebola (1,4%) e batata-inglesa 1ª (4,2%) e 2ª safras (0,7%).

Entre os dez produtos com queda na produção estão a cana-de-açúcar (-0,3%), o café arábica (-14,8%), a mandioca (-13%), o trigo (-9,5%), a laranja (-7,8%), o feijão 3ª safra (-2%) e a batata-inglesa 3ª safra (-5,8%).

A área colhida deve ficar



É estimada uma safra recorde de 113,9 milhões de toneladas de soja este ano

Safra 29,2% maior até o fim do ano

Segundo IBGE, cereais, leguminosas e oleaginosas devem fechar o ano em 238,6 milhões de toneladas contra 184,7 milhões do ano passado

em 60,9 milhões de hectares, 6,7% a mais do que em 2016. As três principais lavouras deverão ter alta: 2,1% na área da soja, de 17,2% na área do milho e 3,9% na área de arroz.

SOJA E MILHO

No levantamento, é estimada uma safra recorde de 113,9 milhões de toneladas de soja. Já a área plantada do produto deverá subir 2,1% em rela-

ção a 2016, para 33,9 milhões de hectares. Com isso, o IBGE estima rendimento médio 3.367 kg/ha.

No caso do milho, estima-se uma safra recorde de 97,0 milhões de toneladas, 52,3% acima da produção verificada em 2016. O milho de primeira safra terá produção de 30,994 milhões de toneladas (27,1% maior do que 2016), enquanto o milho de segunda

safrã terá produção de 65,963 milhões de toneladas (alta de 68,0% ante 2016). O IBGE estima crescimento de 17,2% na área colhida de milho.

“Com o fim da colheita da 1ª safra e início da safrinha, a estimativa de recorde vai se confirmando em todo o País, com novo incremento na produção nacional”, diz nota distribuída pelo IBGE. (AÉ e Folhapress)

RenovaBio tem diretrizes aprovadas

SÁVIO GABRIEL
savio.gabriel@diariodepernambuco.com.br

Laçado no fim do ano passado pelo Ministério de Minas e Energia como uma forma de aproximação do governo federal com o setor sucroalcooleiro, o programa RenovaBio teve suas diretrizes aprovadas ontem, durante reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A medida foi comemorada pelos representantes do setor em Pernambuco, que veem a decisão como um primeiro passo para estimular a produção de energia limpa

no país além de estimular os produtores de cana-de-açúcar em todo o país.

Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sind Açúcar-PE), Renato Cunha afirmou que a RenovaBio reconhece a capacidade dos biocombustíveis de promover melhorias ambientais, induzindo assim os ganhos de eficiência energética. Outro benefício, segundo ele, será uma menor importação de combustíveis. “Os dados mostram que, a partir de 2025, a importação de gaso-

lina necessária será de 480 mil barris por dia, enquanto no diesel essa quantidade será de 483 mil barris por dia”, disse, destacando que um maior estímulo à produção de energia limpa também vai atrair o investimento de capital estrangeiro no Brasil, não somente no setor sucroalcooleiro

Apesar de os detalhes sobre como a política de incentivo deve funcionar ainda não terem sido definidos, Renato Cunha acredita que o preço dos combustíveis podem cair para o consumidor final. “Há

a perspectiva de um novo marco regulatório também, onde se leva em consideração o tipo de combustível produzido na hora da remuneração ao produtor”.

Conforme informações do Ministério de Minas e Energia, o CNPE estabeleceu um grupo de trabalho com a missão de avaliar, em até dois meses, as propostas de revisões normativas necessárias para a implementação do programa. O assunto deve ser levado para análise do presidente Michel Temer (PMDB) e ainda precisará tramitar no Congresso.

Canais de atendimento que cooperam para deixar seu dia mais prático.

Acesse a sua conta pelo Internet Bank no site, Mobile Bank no celular ou pela rede Banco 24h. sicredirecife.com.br | 81 2101.6161



INDICADORES

Recife, 8 de junho de 2017

DÓLAR/R\$		POUPANÇA		IMÓVEIS		INSS					
BC	Mercado	Taxa(%)		INCC/FGV		CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS					
Compra	Venda	Antiga	Nova	Mês			Salários de Contribuições Alíquotas (%) Limites do salário de contribuição R\$ 937 mínimo R\$ 5.531,31				
Dólar Comercial	3,2627	0,6868	0,6868	Novembro	0,16%	696,607		Salários de Contribuições Alíquotas (%) Limites do salário de contribuição R\$ 937 mínimo R\$ 5.531,31			
Dólar Paralelo	3,3300	0,6709	0,6709	Dezembro	0,35%	688,885					
Dólar Turismo	3,2430	0,5304	0,5304	Janeiro	0,41%	691,792					
		Abril	0,6527	0,6527	Fevereiro	0,65%	696,314				
		Mai	0,5000	0,5000	Março	0,16%	697,410				
		Junho	0,5768	0,5768	INFLAÇÃO (%)						
		1ª	0,6395	0,6395	Mês	INPC	IGP-DI	IGP-M	IPC	PCA	
		2	0,6395	0,6395	fevereiro	0,24	0,06	0,08	0,31	0,33	
		3	0,6392	0,6392	março	0,32	0,38	0,01	0,34	0,25	
		4	0,6046	0,6046	abril	0,08	-1,24	-1,10	0,82	0,34	
		5	0,5954	0,5954	Mai						
		6	0,5827	0,5827	Acumulado:						
		7	0,6090	0,6090							
		8	0,6406	0,6406							

SEGUROS-EMPREGADO, DOMÉSTICOS E TRABALHADORES AVULSOS
Salários de Contribuições Alíquotas (%) Limites do salário de contribuição R\$ 937 mínimo R\$ 5.531,31
Obs.: Percentuais incidentes de forma não